



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO 2018  
EDITAL Nº 58/2018 – UFFA, 02 de ABRIL DE 2018

CONTADOR – E

Questão 22

Prezado (a) candidato (a) ressaltamos que no enunciado da questão é solicitado para marcar a questão INCORRETA.

No argumento de seu recurso você coloca que: “Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. **Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA)**”. Ou seja, você demonstra que a alternativa “E” está incorreta uma vez que “Fatos contábeis extraorçamentários são todos aqueles em que **não estão envolvidas** as receitas e as despesas aprovadas na Lei Orçamentária”. Sendo assim, não cabe anulação da questão.

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 23

A presente banca observou que o texto apresentado no enunciado faz referência a Lei nº 5.764/71 e por equívoco, não colou a alternativa referente a esta Lei. Assim, a questão ficou sem alternativa válida, por isso a mesma foi anulada.

**- RECURSO PROCEDENTE**

**- QUESTÃO ANULADA**

Questão 31

Prezado (a) candidato (a), o Tesouro Nacional em seu site oficial <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/objetivos>

Enumera algumas vantagens para Administração Públicas, promovidas pela implantação do SIAF, dentre elas cita:

**Finanças:** agilização da programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, por meio da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal na Conta Única no Banco Central;

**Auditoria:** facilidade na apuração de irregularidades com o dinheiro público;

Assim, a alternativa incorreta é a letra “D”.

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 35

**Justificativa:** A presente banca observou que na elaboração da questão, não foi atentado para a nova classificação das contas de despesas trazidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (do Tesouro Nacional) assim como o anexo II da Portaria interministerial STN/SOF número 163/01, os quais dispõe que as aquisições de imóveis podem ser classificadas como despesas de inversões financeiras e despesas de investimentos. Assim a questão apresentou duas alternativas válidas letras “C” e “E” por isso, foi anulada.

**- RECURSO PROCEDENTE**

**- QUESTÃO ANULADA**

Questão 40

**A Lei Complementar 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu capítulo III, seção I, faz referência à previsão e à arrecadação da receita pública**

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

**§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.**

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Gabarito correto, letra "E"

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 41

Prezado (a) candidato (a), a questão 41 trata dos limites das despesas com pessoal trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (que consta no edital: "Aspectos gerais da Lei de responsabilidade Fiscal).

Alternativa correta "A"

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 43

Prezado (a) candidato (a), operações de crédito no setor público faz parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual consta no conteúdo programática do edital do referido concurso.

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 45

Prezado (a) candidato (a), de acordo com a Lei do Orçamento, temos:

**DO CONTROLE INTERNO**

**Art. 80.** Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

**CAPÍTULO III**

**DO CONTROLE EXTERNO**

**Art. 81.** O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Art. 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

§ 1º As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

§ 2º Quando, no Município, não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

Sendo assim, a alternativa correta é a letra "A".

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**

Questão 46

Prezado (a) candidato (a), a questão 46 trata das funções e funcionamento da contabilidade pública (de acordo com a Lei 4.320/64) que está prevista no edital do presente concurso: "Contabilidade Pública: Conceito e legislação"; "Aspectos gerais da Lei n.º 4.320/64".

Solicitação indeferida.

**- RECURSO IMPROCEDENTE**